FRANCO JUNIOR, HILÁRIO PEREGRINOS, MONGES E GUERREIROS. FEUDO-CLERICALISMO E RELIGIOSIDADE EM CASTELA MEDIEVAL, SÃO PAULO, HUCITEC, 1990.

Margaret M. Bakos*

O LIVRO

A leitura crítica de um livro impõe inicialmente a análise de seu título. Neste roteiro, a obra em questão afigura-se como um trabalho de fôlego, no qual o autor propõe-se a explicar o papel de peregrinos, monges e guerreiros na formação do feudo-clericalismo e religiosidade em Castela Medieval.

O livro, com duzentas e sessenta e seis páginas, é composto por seis capítulos, como seguem:

1 - A Europa sem Pireneus: a religiosidade popular.

2 - Os peregrinos, transmissores de práticas religiosas e sociais.

3 - Os monges, arquitetos da nova sociedade castelhana.

4 - Os guerreiros, alargadores do espaço cristão.

5 - A natureza do Feudo-Clericalismo Castelhano: realeza e sociedade.

6 - A natureza do Feudo-Clericalismo Castelhano: homens e riquezas.

Ao final dos capítulos, entre as páginas 267 e 291, encontram-se as fontes primárias e a bibliografia utilizadas, de caráter referencial.

O manancial da 468 títulos da bibliografia e a estrutura do livro prometem uma leitura árdua, um exercício de atenção e raciocínio constante.

O CONTEÚDO

Hilário Franco Jr. salientando o potencial das pesquisas desenvolvidas para fins acadêmicos, remonta as origens do seu livro ao período em que estava fazendo a sua tese de doutorado. Nesta ocasião, chamou-lhe a atenção aspectos, ou negados ou relegados a segundo plano pela historiografia espanhola, com relação a pontos de contato entre a religiosidede de além e de aquém-Pireneus. Aspectos estes que, no seu entender, ajudariam a compreender o Feudo-Clericalismo em Castela. É importante, neste momento, salientar o conceito adotado para Feudo-Clericalismo, como sendo: "um conjunto de práticas e instituições sociais, econômicas, políticas, culturais e religiosas, mas sobretudo uma mentalidade que amarrava e articulava todos aqueles componentes." (FRANCO JR., H. 1990:35).

A preocupação do pesquisador-professor, uma constante em todo o livro, desde a formulação do seu título, que não exigiu o trabalho, por vezes de caráter arqueológico, de concluir sobre seus propósitos, revela-se através da clara explicitação dos seus objetivos: entender que "(...) a sociedade feudo-clerical castelhana foi montada tardiamente, e com forte influência estrangeira, ganhando devido a esses dois aspectos caracteres próprios. Um destes, de enorme repercussão histórica, foi o estabelecimento de uma certa dependência política e sobretudo econômica em relação aos países ultramontanos. (...) Tal caráter dependente, (...) significou uma vinculação complementar da sociedade castelhana dos sécuos XI e XIII às transpirenaicas, e não algum tipo de subordinação instituicionalizada. "(FRANCO, 1990:13)

Concordo com o autor quando sugere que aquela que é classicamente chamada de "sociedade feudal" constitui-se, na verdade, como apenas um modelo teórico, impondo-se o estudo das "formações sociais". Entre as identificáveis, no período medieval europeu, algumas tenderam a manter por um período historicamente mais longo, as características estruturais feudais. Esta foi a conclusão de Hilário Franco Júnior com relação a Castela, onde o Feudo-Clericalismo penetrou tardiamente, em relação a outras regiões da Europa transpirenaica, revelando-se dependente da suas áreas matrizes e, também, mais solidamente enraizado.

Na Península Ibérica dos princípios da Idade Média, historicamente ligada ao restante da Europa Ocidental pelo substrato céltico, participação no mundo greco-romano e influência germânica, sucedeu-se, em virtude da

conquista islâmica, um desenvolvimento histórico "sui-generis".

Hilário Franco Júnior, ao analisar este processo da realidade histórica, buscou avaliar o caráter das mudanças processadas pela invasão oriental das regiões mais ocidentais da Europa. Segundo o autor, "a conquista islâmica modificou o desenvolvimento histórico daquela região nos seus elementos predominantemente de curta e média duração (político, econômico, social, institucional, cultural), mas não no de longa duração (mentalidade)". (FRANCO JR., 1990:35). Como a Península Ibérica apresentava estruturas mentais mais análogas às do além-Pireneus do que às muçulmanas, estava assim, naturalmente, mais aberta à penetração feudo-clerical do que ao islamismo.

Essa ligação virtual entre a Europa de além e aquém Pireneus não satisfaz ao autor no sentido de explicar seus processos históricos. Ele busca, então, um contraponto materializado - uma trilha de constante uso, no medievo - que tenha mantido viva a ligação visceral da Península Ibérica ao restante do continente europeu, a despeito da palpável presença islâmica. Tal elo lhe pareceu vir dos já citados peregrinos, monges e guerreiros. Mas quando, como e porquê?

Santiago de Compostela, localizada na Galícia, foi, no decorrer do século XII, como Jerusalém tinha sido no decorrer do XI e Roma no decorrer do X, o grande centro das peregrinações na Idade Média Central.

Tiago, o apóstolo, era tido pelos seus crentes como muito influente junto ao Senhor, nos céus, sendo considerado como capaz de fazer todos os tipos de milagres, enquanto no seu santuário terreno desenvolvia-se uma política de ou superação ou de aliança com o poder de Roma, sede suprema da religiosidade cristã. Esta união de fato aconteceu através da ascensão do cluniacense Dalmácio ao sólio compostelano. Ao analisar a importância da tradição do solo galício como local de peregrinação, Franco apontou quatro rotas que atravessavam a França e se reuniam em Puente-la-Reina, na Espanha, além de uma série de pequenos caminhos alternativos que conduziam a Compostela.

A conjugação de fatores espirituais e materiais favoreceram as peregrinações compostelanas, oriundas da França, Itália, Alemanha, Grécia e da própria Espanha, a maioria vinda, portanto, de áreas do Feudo-Clericalismo Central. Ao incentivo dos monarcas, que favoreciam o afluxo de peregrinos ao isentá-los de vários tributos, acrescente-se o interesse nesse sentido da Igreja Ibérica, manifesto em resoluções conciliares pró-peregrinos, juntando-se ainda o desenvolvimento da economia das regiões próximas a Compostela. Pelo exposto, conforme palavras do autor: "Inegavelmente a rota compostelana, ao ligar os dois lados dos Pireneus, tornou-se veículo de influências, sobretudo no sentido Europa transpirenaica - Península Ibérica. Como Vázquez de Parga viu muito bem, "sem a peregrinação a Santiago de Compostela e todos os fenômenos que dela resultam, o isolamento da Península Ibérica com caráter moçárabe teria podido se prolongar até termos insuspeitados." (FRANCO JÚNIOR, 1990:111).

O Cristianismo ibérico, em essência pouco afetado pelo islamismo, deve ao monasticismo de Cluny, aliado à dinastia castelhano-leonesa, e aos hospitais da rota compostelana, vários encraves na Península, fortificando o estabelecimento ali da sociedade Feudo-Clerical de aquém Pireneus.

A ordem Cisterciense, criada na Borgonha, fronteira com Champagne, coube desenvolver ainda mais, na Península Ibérica, o processo de feudoclericação da sociedade, na medida em que movimentou com os homens e idéias, principalmente a partir do decorrer do século XII, com seu programa de trabalho e sobretudo com a sua concepção de Guerra Santa. Aos monges brancos juntaram-se os oriundos das Ordens Militares "(...) e desta outra forma alargava-se a zona periférica e dependente do Feudo-Clericalismo Central." (FRANCO JR., H., 1990:145).

A sociedade feudo-clerical, nascida da crise da civilização ocidental no século X, resgatou ao cavaleiro especialista na guerra montada, elevando-o como o protótipo do herói medieval. Ao adequar-se, posteriormente, a cavalaria às necessidades da sociedade cristã medieval, foi preciso disciplinar o uso da força, voltando-a contra os inimigos de Cristo: proclamando-se as idéias de Paz de Deus e de Guerra Santa, esta última fundamentando o princípio das Cruzadas. "A atuação bélica dos clérigos era comum e natural por decorrer da pequena distância existente entre a luta contra as forças imateriais do Mal - a própria razão de ser do clero na ótica medieval - e a luta contra as expressões físicas daquele Mal, caso dos hereges e infiéis." (FRANCO JR, H. 1990:166).

Delineavam-se, então, com mais clareza, os contornos da sociedade Feudo-Clerical que se implantou com mais força, tardiamente, na Península Ibérica, também através da Reconquista, ao atrair os guerreiros ultramontanos laicos, com as condições de saque e as possibilidades de colonização que lá havia. "Desde então, a própria nobreza ibérica - muito próxima à de além Pireneus pela mentalidade, pelos interesses político-econômicos, pelas relações familiares - dava prosseguimento ao processo de feudo-clericalização, com o qual cada vez mais se identificava." (p.175)

A partir do século XI, os elementos feudo-clerizantes introduzidos em Castela pelas peregrinações, sobretudo as compostelanas, pelas ordens monásticas e pelos guerreiros transpirenaicos, terminaram por configurar uma nova sociedade: Feudo-Clerical e Dependente. Nesta, a invasão árabe

na Península Ibérica não pode mais ser vista como catastrófica para o seu processo histórico e sim como um elemento que retardou o processo de feudalização.

Hilário Franco Jr. aponta algumas características resultantes da lentidão do processo, como a monarquia que formou-se, posteriormente, e que "trabalharia ao lado da Igreja e ganharia cada vez mais" um caráter imperial e universal, isto é, medieval e católico, que manteria pelos séculos seguintes." (p.215) A sociedade feudo-clerical castelhana também apresentou importantes contrastes com sua correspondente ultrapirenaica, como a tendência a passar de uma sociedade de estamentos a uma sociedade de ordens.

A composição numérica dos estamentos era predominantemente estrangeira, pois a densidade demográfica era pequena na Península Ibérica. "Desta maneira, como é comum em casos análogos, a formação social periférica colocava-se um passo atrás da formação social central, e se transformaria somente tempos depois de aquela tê-lo feito. Ora, como o Feudo-Clericalismo engendrou o Capitalismo, as regiões que conheceram tardiamente aquele penetraram tardiamente neste." (p.265)

À guisa de conclusão, Hilário Franco Jr. citou o rei espanhol quando afirmava, em 1982, "que se os demais países do continente são europeus simplesmente porque o são, e não podem ser outra coisa, a Espanha (...) é européia porque, contra toda razão aparente, quis sê-lo e não perdeu sua condição latina e cristã (...). A Espanha esteve presente em todos os empreendimentos da Europa, e se propõe a prosseguir assim." (p.265) Explica-se, desta forma, o descompasso histórico Espanha-Europa, que é representado na luta de D. Quixote contra os moinhos, os quais simbolizam um mundo ultrapassado.

OAUTOR

Ao ler "Peregrinos, monges e guerreiros. Feudo-clericalismo e religiosidade em Castela Medieval", lembrei-me da palestra que Hilário Franco Jr. proferiu no Instituto de Filosofia Ciência e Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, nos idos de 1984. Inicialmente, o autor apertou as mãos de algumas pessoas da audiência explicando, a seguir, a origem medieval deste cumprimento e o seu significado histórico. Neste livro Hilário resgata o papel de peregrinos, monges e guerreiros na formação social castelhana, projetando suas influências até a modernidade.

Gostaria de ver mais discutidos alguns conceitos enunciados neste livro, e isto, aliado à certeza de que as pesquisas de Hilário, atualmente junto a Le Goff, em Paris, estejam, sendo muito profícuas, aumenta a expectativa sobre novos livros de sua autoria, os quais possam, como este, resgatar a importância da História Medieval para a compreensão da atualidade.

Departamento de História
 Universidade Federal do Rio Grande do Sul
 Porto Alegre-RS.